



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
**SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL**

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: reconhecendo o trabalho profissional do assistente social a partir da experiência de estágio supervisionado.

Autoras: Hannah Varanda de Carvalho¹

Áurea Cristina Santos Dias²

Relato de Experiência

EIXO III: SERVIÇO SOCIAL, FUNDAMENTOS, FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL

Tema: Trabalho Profissional

¹ Estudante de Serviço Social da Escola de Serviço Social Universidade Federal Fluminense.

² Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, doutoranda em Serviço Social pelo PPGFSS/ERJ.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: reconhecendo o trabalho profissional do assistente social a partir da experiência de estágio supervisionado.

Resumo: O trabalho apresenta um debate sobre “questão social” considerando que o estudo desta categoria é um importante ponto de partida para a apreensão do trabalho profissional do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais, em especial no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica num Programa desenvolvido por Organização Não Governamental. A construção do trabalho se relaciona com a experiência de estágio supervisionado em serviço social.

Palavras-chave: violência doméstica, questão social, serviço social.

Abstract: The paper presents a discussion on " social question " considering that the study of this category is an important starting point for the seizure of the professional work of the social worker in the socio- occupational environments, especially in the care of child and adolescent victims of domestic violence in program developed by Non Governmental Organization . The construction work is related to the internship experience in supervised social service.

Keywords : domestic violence, social question, social service.



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

Introdução

A construção deste trabalho está relacionada a experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social durante o ano de 2015 num programa de atendimento a suspeitas de violência doméstica a crianças e adolescentes no município de São Gonçalo no Estado do Rio de Janeiro.

A inserção no estágio na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense é prevista a partir do 5º período letivo com exigência de 200 horas em cada um dos três semestres de estágio exigidos – Estágios I, II e III. São pré requisitos para o estágio as disciplinas de Fundamentos históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I e II e Ética e Serviço Social e co-requisitos as disciplinas de Supervisão Acadêmica I, II e III e Oficina Teórico-Prática I e II.

Durante os semestres de estágio os alunos são introduzidos à dinâmica e relações institucionais e ao cotidiano do exercício profissional dos assistentes sociais supervisores de campo de estágio. São produzidas leituras, discussões e trabalhos acadêmicos com perspectiva de que os estagiários acumulem ao longo dos três semestres conhecimentos que permitam:

No Nível I - O estudante deverá ser preparado para o desenvolvimento de habilidades com relação a: Análise Institucional; Compreensão das formas de organização da política setorial ante as expressões cotidianas da questão social; Formas de organização e gerência do processo de trabalho dos assistentes sociais.

No Nível II - O estudante deverá ser preparado para articular os princípios do Código de Ética aos aspectos do trabalho profissional e com base no conhecimento acumulado no estágio anterior: Levantar informações sobre as demandas dos usuários do Serviço Social, bem como; Formular estratégias de operacionalização e sistematização, refletindo sobre os mecanismos de registro profissional; Traçar o perfil sócio-econômico e cultural com vistas a; Elaboração e/ou desenvolvimento de um projeto de intervenção do Serviço Social, vinculado ao seu campo de estágio.

No Nível III - O estudante deverá ser preparado, com base no conhecimento acumulado nos níveis anteriores de Estágio Supervisionado, para: Sistematizar



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80
ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

o trabalho profissional e refletir sobre os mecanismos de registro técnico; Desenvolver e avaliar o resultado das ações planejadas no projeto de intervenção, através da elaboração de relatórios qualitativos e quantitativos; Apreender o papel pedagógico da supervisão (de campo e acadêmica) de Estágio no processo de formação profissional em Serviço Social e a elaboração de planos de supervisão/estágio (ESS/UFF, 2013, pág. 11).

O período compreendido neste trabalho se refere as experiências de estágio I e II que nos permitiu a elaboração de reflexões e questionamentos sobre as expressões da questão social e seus enfrentamentos nas políticas sociais assim como dos desafios cotidianos que se apresentam aos assistentes sociais nos seus espaços sócio-ocupacionais.

Iamamoto (2013) ao discutir as dimensões ético-política e teórico-metodológica do serviço social ressalta a necessidade de apreensão das transformações societárias recentes que impactaram na relação capital/trabalho, exigindo dos assistentes sociais competências para desmistificação da realidade social e para construção de estratégias de resistência e posicionamento, em conformidade com o projeto ético-político profissional. Nas palavras da autora “a análise crítica desse quadro requer um *diagnóstico não liberal sobre os processos sociais e a profissão neles inscrita*” (2013, pág 1).

A crise mundial do capital se apresenta como um fenômeno estrutural, intensificando os processos de financeirização do capital e a reestruturação política e ideológica do capital representada pelo neoliberalismo, deste modo um novo patamar de dominação econômica, política e cultural atinge a classe trabalhadora se expressando:

de um lado, na naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais a ele inerentes tidas como inevitáveis, obscurecendo a presença viva dos sujeitos sociais coletivos e suas lutas na construção da história; e, de outro lado, em um retrocesso histórico condensado no desmonte das conquistas sociais acumuladas, resultantes de embates históricos das classes trabalhadoras, consubstanciadas nos direitos sociais universais de cidadania, que têm no Estado uma mediação fundamental. As conquistas sociais acumuladas são transformadas em “problemas ou dificuldades”, causa de “gastos sociais excedentes”, que se encontrariam na raiz da crise fiscal dos Estados (Iamamoto, 2013, pág 2-3).

Nesse sentido elegemos problematizar a questão social considerando a importância dessa discussão para compreendê-la: 1) como objeto de intervenção do serviço social, visto ser o campo de trabalho com violência doméstica permeado por apelos individualizantes que por vezes seduzem os profissionais do serviço social a adotarem referências teóricas e metodológicas que se afastam do projeto profissional conquistado nas últimas décadas; 2) a relação Estado/Sociedade Civil na atualidade



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



caracterizada pelo investimento na refilantropização da intervenção na questão social acionando propostas em torno do chamado “terceiro setor” articulando ações focalizadas, executadas através de parcerias.

Historicamente no Brasil, os serviços de atendimento a violência doméstica surgiram da ação de movimentos sociais que ao longo das décadas de 1980 e 1990 foram se institucionalizando através de ONGs, ainda hoje estas instituições se destacam na atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, seja na assessoria, execução ou avaliação. Grande parte dos programas e serviços de atendimento a esta população têm sido implementados através de parcerias com o Estado.

A instituição/campo de estágio que motivou as reflexões aqui apresentadas foi criada em **ANO** por um importante movimento social de defesa dos direitos das mulheres no município de São Gonçalo e **há tantos** anos executa um programa do governo do Estado do Rio de Janeiro através de convênio com a Fundação para a Infância e Adolescência³ – FIA - de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. Este convênio prevê o repasse de verbas para a contratação de profissionais e demais recursos para a execução do programa estando passível a todas as instabilidades políticas e orçamentárias da gestão do estado. No atual contexto de expropriação e ataque aos fundos públicos disponibilizando-os para os interesses privados, e especialmente no Estado do Rio de Janeiro de investimentos em mega-eventos, o programa **encontra-se a meses** sem repasse de verbas, situação que atinge brutalmente os usuários deste serviços assim como os profissionais. Sobre as conseqüências deste modelo de intervenção nas expressões da questão social, Montañó observa:

“A descentralização administrativa e a privatização e a transferência para o “terceiro setor” das respostas às sequelas da “questão social” (...) repercutem negativamente no aumento tendencial do nível de desemprego profissional, na precarização das condições de trabalho, nas condições de emprego. (...) procede-se tanto a uma precarização do atendimento estatal às demandas sociais, como a uma auto-responsabilização pelas respostas às próprias necessidades localizadas (...) (2002, pág. 255).

A violência doméstica ainda é, quase sempre, debatida no âmbito do privado, para nós se torna imprescindível considerarmos que embora esta violência se perpetue

³ Órgão da administração indireta do Governo do Estado do Rio de Janeiro, responsável pela execução da política de defesa da criança e do adolescente.



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



nas relações interpessoais, é permeada por relações de poder assimétricas que implicam e são implicadas nas relações sociais mais amplas (Dias, 2006). Manter as análises e práticas numa direção individualizante acaba por estimular uma perspectiva de naturalização que enfatiza a vítima e o autor da agressão responsabilizando-os pelo enfrentamento.

Nesse sentido, com este trabalho pretendemos iniciar um percurso de estudos que vislumbre a superação de análises reducionistas, explicitando o quanto as desigualdades são construídas historicamente e contribuem para manutenção da ordem social e para as relações de exploração e opressão.

2. Aproximação ao Debate sobre Questão Social

De acordo com Netto (2011) as ponderações sobre a "questão social"⁴ sugerem que a expressão passou a ser usada na terceira década do século XIX para nomear um fenômeno desconhecido até então, o pauperismo.

O autor explica que a expressão "questão social" surgiu para dar conta do pauperismo que se alastrou pela Europa Ocidental após a chegada da primeira onda industrializante iniciada na Inglaterra no século XVIII. Contudo, se já não era inédita a desigualdade entre as camadas sociais, a polarização entre ricos e pobres e a diferente apropriação dos bens sociais, era "radicalmente nova" a dinâmica da pobreza que se generalizava no cenário social daquela época.

Essa pauperização absoluta da população trabalhadora possibilitou a instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial e, se nas sociedades precedentes à sociedade capitalista a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez, na sociedade capitalista a pobreza cresce na mesma proporção em que se aumenta a capacidade social de produzir riquezas, ou seja, a pobreza nesta sociedade aparece associada a capacidade cada vez maior da população em produzir bens e serviços que não serão acessados por elas que, acrescido a isso, não mais contarão com as condições materiais de vida de que dispunham anteriormente.

Não obstante, vale dizer que o pauperismo só passou a ser nomeado de "questão social" quando a população pauperizada passou a não concordar com as

⁴ A expressão "questão social" aparecerá entre aspas em todo o trabalho, pois tomamos como referência para tal decisão as obras de Netto em que a expressão é utilizada entre aspas pelo autor já que o mesmo diz não reconhecer tal expressão como categoria teórica e sim como um termo que expressa a realidade vivida na vida social, além disso, também porque a categoria é estranha às obras de Marx.



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



condições que estavam sendo obrigados a viver nesta primeira década do século XIX e passaram a protestar. Foi com o desdobramento sócio-político de uma possível derrubada da ordem burguesa pelos trabalhadores que o fenômeno do pauperismo passou então a ser chamado de "questão social". Por isso a compreensão da "questão social" passa pelo reconhecimento da relação conflituosa entre capital e trabalho.

Essa relação conflituosa não foi suprimida pela classe trabalhadora e os acontecimentos do ano de 1848⁵ contribuíram para defesa e a manutenção da burguesia, enquanto que a "questão social" passou a perder sua estrutura histórica nas análises dos pensadores conservadores laicos e pelos conservadores confessionais.

A "questão social" e suas manifestações mais imediatas na sociedade daquela época - pobreza, desigualdade, fome, doenças - passaram a ser vistas pelos conservadores laicos como desdobramentos na sociedade moderna de características de toda e qualquer ordem social podendo ser alvo de intervenções limitadas capazes de amenizá-las e reduzi-las através de um ideário reformista, enquanto que para os conservadores confessionais a gravidade da "questão social" é reconhecida, porém somente sua exacerbação deve ser alvo de intervenção já que só então estaria contrariando a vontade divina.

Os pensadores daquele período acreditavam na reforma moral do homem e da sociedade como solução para "questão social" sem que as bases do modo de produção capitalista sofressem alterações, por isso Netto (2011) vai chamar de um reformismo conservador. Com isso os trabalhadores passam a entender que só seria possível acabar com os problemas denominados de "questão social" acabando com o modo de produção capitalista, já que um é inerente ao outro.

Ainda que os trabalhadores tenham adquirido essa consciência seria necessário ainda mais algum tempo para adquirirem compreensão teórica do que vem a ser a relação capital/ trabalho e "questão social". Somente com o conhecimento do processo de produção do capital, estudado por Karl Marx e apresentado em suas obras, seria possível entender que as expressões da "questão social" têm papel fundamental para o desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios, ou seja, a "questão social" é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo e, com isso, diferentes estágios do capitalismo trarão novas, e cada vez mais complexas, expressões da "questão social" para a sociedade.

⁵ Conjunto de revoluções burguesas em oposição a monarquia na Europa.



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Netto (2011) continua suas notas sobre a “questão social” apresentando mais dois elementos. No pós Segunda Guerra mundial o capitalismo vivenciou “uma larga conjuntura de crescimento econômico”, especialmente em alguns países de capitalismo central este período se caracterizou por um dinamismo econômico e por intervenções nas expressões da questão social que possibilitaram melhorias significativas nas condições de vida e trabalho das massas trabalhadoras. Estas “três décadas gloriosas” com a construção dos Welfare State(s) criaram, na argumentação do autor, uma falsa idéia de superação da questão social⁶ o que fomentou também um ataque as referencias teóricas com perspectiva crítica e que mantinham em seus pressupostos o debate sobre “questão social”.

Os anos de 1970, com a interrupção da onda de expansão capitalista e a necessidade de restauração do capital, foram marcados pela estratégia global de financeirização, reestruturação produtiva e neoliberalismo. As conseqüências, especialmente para os trabalhadores, reavivaram o debate acadêmico sobre “questão social”, mas agora sob a adjetivação de “nova questão social”. Contudo, Netto se posiciona afirmando que se os elementos essenciais permanecem, então inexiste uma “nova questão social”, para o autor a “questão social é insuperável sem a supressão da ordem do capital” (Netto, 2011 p. 160).

Pastorini (2010) ao analisar as mudanças políticas, econômicas e sociais advindas com o capitalismo recente as articula com o debate sobre a “questão social”, segundo a autora o novo padrão de acumulação capitalista que emerge nos anos de 1970 traz reconfigurações no perfil do Estado e no trato à “questão social”.

Essas mudanças iniciadas nos anos de 1970 fizeram com que alguns analistas acreditassem estar diante de uma nova sociedade, com novos problemas, novos sujeitos sociais e novas formas de tratar, o que então parecia ser uma nova "questão social". Para eles, a redução crescente do emprego industrial, o crescimento das precárias condições de trabalho, aumento da desproteção de diversos setores - regressão dos direitos sociais - e um aumento notável da pobreza absoluta são sinais de que a "questão social" mudou daquela que emergiu no século XIX; logo, a nova "questão social" seria resultado da revolução tecnológica que levou a sociedade para o

⁶ Tanto por desconsiderar as condições dos países periféricos que não constituíram Estados de Bem Estar Social quanto por não captarem que a essência da questão social (exploração da força de trabalho e concentração da riqueza produzida) permanecia (Netto, 2005).



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



período "pós-industrial" ou "pós-trabalho". Rosavallon e Castell são dois autores que representam esta perspectiva.

Para Pastorini (2010) não se trata de uma nova "questão social", mas sim de novas versões, novas manifestações da mesma "questão social" do século XIX já que os traços essenciais e constitutivos da sua origem permanecem intactos. Vale lembrar, concordando com a autora e com Sousa (2009), que existem diferentes manifestações da "questão social" combinadas com os diversos estágios do capitalismo, ou seja, cada estágio capitalista trará novas e complexas manifestações da "questão social" para sociedade.

Pastorini (2010) afirma que não se trata de uma nova "questão social", mas também não se trata de uma "questão social" idêntica ao do século XIX, se mantém "a característica de ser uma expressão concreta das contradições e antagonismos presentes nas relações entre classes, e entre elas e o Estado". A existência de uma nova "questão social" significaria considerar que a "questão social" que emergiu no século XIX foi superada e/ou resolvida, o que prescindiria da superação completa do modo de produção capitalista.

Os autores que defendem estas "adjetivações e pluralizações da questão social" defendem que o Estado deve responder às novas demandas de forma inovadora e não mais através das "ultrapassadas formas de regulação social que tiveram seu esplendor nos Trinta Anos Gloriosos com os modelos de *Welfare State* nos países do centro capitalista" (Pastorini 2010).

Importante lembrar que neste período as idéias neoliberais estavam sendo retomadas pelo filósofo Hayek em sua obra *O Caminho da servidão* de 1944 que relembra as premissas do liberalismo clássico para combater o Estado de Bem estar social; por isso a autora afirma que apesar de existirem diferenças entre o neoliberalismo e as ideologias dos pensadores destacados por, existe um entendimento que compartilham:

"por um lado o marxismo seria um paradigma em crise (portanto, suas explicações não dariam conta da "nova" realidade) e, por outro lado, entendem que a relação do assalariamento não serviria mais como elemento central de integração na sociedade contemporânea; dessa forma, seria necessário o estabelecimento de "novos contratos sociais" para poder restabelecer os vínculos de solidariedade" (Pastorini 2010, p.28).

Os debates sobre a existência de uma "nova questão social" surgem na Europa e nos Estados Unidos no final dos anos 1970 início dos anos 1980 quando, não por



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



acaso, o capitalismo, que havia passado por um período de recessão, tentava se reerguer com a adoção de medidas neoliberais, reestruturação produtiva e financeirização. Esse debate foi fomentado pelo fato de que os problemas inerentes à acumulação capitalista – "questão social"- não eram residuais e conjunturais como se pensou durante os Trinta Anos Gloriosos, mas sim permanentes e atingiam grande parcela da população.

Neste período diversos analistas do tema elaboraram obras onde consideravam estar diante de uma "nova questão social", uma vez que, para eles, a "questão social" do século XIX já tinha sido superada com os Trinta Anos Gloriosos e, também porque para eles, o capitalismo contemporâneo pós-industrial trazia consigo novos sujeitos, novas necessidades e novas relações societárias.

O avanço do neoliberalismo e fôlego das análises contemporâneas sobre "questão social" e uma nova relação Estado/Sociedade Civil tiveram como conseqüências práticas a reconfiguração do Estado e das políticas sociais que transitaram da universalidade para a focalização, com as seguintes características:

dependência de recursos externos para o seu financiamento; o caráter transitório que impede sua continuidade no espaço e tempo, comprometendo seus impactos e a sua efetividade; o estímulo ao autofinanciamento – via pagamento direto – em detrimento de formas públicas e distributivas, típicas de regimes tributários mais justos; a substituição de agentes públicos estatais por "organizações comunitárias" ou "não governamentais", financiadas por recursos públicos e que, nem sempre, preservam o caráter público de suas ações no acesso aos programas e nos contratos de trabalho de seus agentes (...)A descentralização das políticas e programas sociais, nem sempre é acompanhada de correspondente transferência de recursos (Iamamoto, 2003 p. 16).

Diante deste cenário a análise da "questão social" deve considerar a sociedade de classes e os processos que criam e reproduzem desigualdades sociais assim como o desenvolvimento histórico e os elementos contemporâneos.

3. Considerações

Para compreendermos o trabalho profissional dos assistentes sociais no espaço sócio-ocupacional em questão, é necessário entendermos a tendência contemporânea de deslocamento da responsabilidade do Estado na intervenção na "questão social" para ações privadas no âmbito da sociedade civil, o que reforça uma perspectiva de harmonização e despolitização da sociedade civil. As intervenções se afastam da noção de direitos universais e se aproximam de uma referência solidária, afetando as



II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



conquistas dos trabalhadores assim como a percepção sobre os problemas sociais que tendem a ser naturalizados e vistos como questões pessoais.

No campo da violência doméstica onde historicamente há uma tendência individualizante o desafios de construção de análises críticas e totalizantes pulsa para os assistentes sociais, requerendo estudos e posicionamentos firmes na direção ética compartilhada no projeto profissional hegemônico.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da "Sistematização da Prática" em Serviço Social. Disponível em http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto3-2.pdf . Acesso em 16 de abril de 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Política Nacional de Estágio. 2010. Disponível em http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/politica_nacional_estagio.pdf. Acesso em 16 de abril de 2016.

DIAS, A. C. S. A violência contra crianças e adolescentes: contribuições para a análise do fenômeno. In **Revista Cadernos UniFOA**, v.1. RJ: UniFOA, 2006. Disponível em <http://web.unifoa.edu.br/cadernos/edicao/01/100.pdf> . Acesso em 16 de abril de 2016.

Escola de Serviço Social da UFF/Niterói. Política de Estágio do Curso de Serviço Social da ESS/Niterói, mimeo, 2011.

IAMOMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf. Acesso em 18 de abril de 2016.

MONTAÑO. Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** SP: Cortez, 2002.

NETTO. José Paulo. Cinco Notas a Propósito da Questão Social. In **Revista Temporallis**, n. 3, Brasília: ABEPSS, 2001.

SOUSA. Charles Toniolo de. Interpretações Teórico –conceituais sobre violência e “questão social”: entre o dever e o ser. Dissertação de mestrado apresentada no **Programa de Pós Graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ**, sob orientação da



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ
www.cressrj.org.br

II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



80 ANOS
SERVIÇO
SOCIAL
NO BRASIL

Profa Dra. Janete Luzia Leite, 2009. Disponível em

<https://sites.google.com/site/secretariappgss/banco-de-teses-e-dissertacoes-do-pgss> .

Acesso em 28 de março de 2016.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. SP: Cortez, 2004.

(Coleção Polêmicas de Nossa Época).